ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

DO
GOVERNADOR

Eng. João Walter de Andrade

À
ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO

31 de março de 1972

IMPRENSA OFICIAL
Manaus – Amazonas

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Ao desincumbir-me da atribuição privativa que a Constituição do Estado do Amazonas me confere, em seu Artigo 43º, inciso XV, de **"remeter mensagem à Assembléia Legislativa, por ocasião de sua abertura, expondo a situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias"**, seja-me lícito, antes de tudo, manifestar ao egrégio Poder Legislativo o alto apreço de que é merecedor, e, ao mesmo tempo, congratular-me convosco pelo auspicioso início dos vossos trabalhos.

A solenidade que hoje realizais tem um simbolismo que deve ser grato a todos os democratas, como ato de beleza cívica e como índice da perfeita normalidade do regime em pleno funcionamento.

O importante papel que vos cabe, em nosso aparelho político, reveste-se, neste momento, de um caráter majestoso, à altura da soma de responsabilidades que dignifica o vosso mandato, através de uma conjugação de esforços com os do Poder Executivo, no sentido de obtermos, harmonicamente, soluções justas e profícuas para o povo e a terra amazonenses.

É grato, por todos os títulos, ao atual governante deste Estado, após um ano e dias de ação à frente dos destinos de nosso povo. dar a ênfase merecida, nesta Mensagem, ao clima de harmonia, de mútuos respeito e compreensão, que cerca, no Amazonas, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Somando esforços pelo bom andamento dos negócios públicos, os homens que os compõem se dão as mãos num entendimento perfeito em torno das responsabilidades que lhes cabem no crescimento social e econômico desta terra, preocupados todos em que o edifí-

cio da causa pública, construído com amor, com dedicação e algumas vezes com renúncias, esteja cimentado com a responsabilidade de nossos atos e com o próprio compromisso do povo de que somos mandatários.

A Mensagem, que ora faço chegar às vossas mãos honradas, traz em si a atmosfera de paz, de tranquilidade, de ordem, que envolve os habitantes deste Estado, todos voltados para as suas fainas do cotidiano, com os espíritos desarmados e a preocupação evidente de serem có-partícipes importantes do esforço desenvolvimentista que o Governo da União desdobra dia-a-dia por todos os longes da Amazônia, objetivando a ocupação social da região.

Doze meses e dezesseis dias, exatamente, nos separam, hoje, do momento em que, perante vós, prestei o compromisso constitucional como Governador do Estado do Amazonas. O fato não parece tão recente quanto o é, na realidade. O conteúdo e a intensidade dos acontecimentos deste período foram de tal monta que produziram uma noção diferente do tempo. As épocas trabalhosas afiguram-se mais longas. O ano transposto pelo atual Governo tem o volume de anos, tal a soma de encargos excepcionais que o assinalam. Ao fazer-vos este balanço das tarefas executadas ou ainda a cumprir, tenho a sensação de quem realizou uma extensa jornada e as preocupações de quem se acha ainda no começo de uma árdua batalha.

Sois conhecedores, e, mais do que isso, sois por vezes várias có-partícipes, do esforço do Governo deste Estado para dotá-lo das práticas seguras de um planejamento racional. E sabeis que, fazendo-o, não colimou o Governo somente as metas físicas de um planejamento real para a dinâmica da expansão amazonense. Instaurou, assim, submetida antes à vossa judiciosa aprovação, a possibilidade de mudanças qualitativas de alta significação no sistema político-administrativo deste Estado.

Equivale isso a dizer que, ao se decidir por um modelo administrativo adequado a um Estado em vias de desenvolvimento, como o nosso, o Executivo adotou aquele que faz do planejamento austero, das certezas organizacionais que este admite e ainda, da clarividência de suas metas, o instrumento e a postura, a realidade e a afirmação. É, desse modo, o Amazonas a se orientar pela execução segura de um programa de governo, no qual o insumo humano, o técnico, é peça saliente na proporção

exata em que, como ator social, infunde ao sistema os desejados graus de certeza e imaginação criadora.

Acredita o Governo, Senhores Deputados, ter sido essa uma das grandes contribuições do sistema de planejamento aqui instaurado: a valorização da técnica e a sua verdadeira instrumentalização.

A esse empreendimento — é oportuno e de toda a justiça acentuar, — não esteve alheio o Poder Legislativo, cuja ação nele se fez presente, através das relações entre as duas esferas do Poder. A esta Assembléia devem ser tributados a constância, o zelo e a vigilância eficiente com que se houve na aprovação do Plano de Reforma Administrativa submetido ao seu consenso pelo Governo do Estado do Amazonas.

E ciente dessa atuação condigna, o Executivo teve a maior boa vontade no sentido de vos dar uma sede à altura da dignidade do Legislativo.

Ocupando espaço físico inadequado, no Instituto de Educação do Amazonas, não mais seria possível a sua permanência naquele local.

Não dispondo de recursos suficientes para a construção de uma nova sede, o Governo resolveu transferir do Palácio Rio Branco a Secretaria do Interior e Justiça, para aqui locar a augusta Assembléia.

E o fez numa deferência a este Poder, de onde emanam as grandes decisões administrativas para o Estado.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS,

Um balanço sincero destes primeiros doze meses de Governo deixam governante e governados perfeitamente conscientes do porvir grandioso que se prenuncia para esta terra e sua gente.

A transitoriedade dos dias não se contrapõe a perenidade das tarefas administrativas a que nos propusemos e que realizamos. É que essas tarefas, as metas físicas a atingir, exigiam e foram dimensionadas através das projeções dos objetivos deste Governo, os quais foram retratados, coerentemente, no Plano Estadual de Desenvolvimento e no Orçamento Plurianual de Investimentos.

Esses dois instrumentos, lado a lado, vêm imprimindo, em conotações cada vez mais amplas, o reajuste e a eficiência do aparato estatal, hoje mais rico em alternativas técnicas e cada vez mais robustecido pela seriedade dos atos administrativos que se sucedem através de um comandamento político-administrativo.

Instrumentalizando medidas que refletem sensíveis modificações na infraestrutura econômica e nos resultados sociais perseguidos, o Plano de Governo do Estado do Amazonas e o Orçamento Plurianual de Investimentos são os atestados mais fiéis de que o modelo administrativo amazonense marcha para criação de condições exatas de inovação e de modernização. Essa afirmativa ganha maior validade quando se pressente sensíveis modificações no panorama da escassez de talento burocrático que funcionava como caráter impeditivo para as transformações sempre desejadas.

Essa, Senhores Deputados, a grande contribuição do Executivo: a instauração de padrões técnicos, factíveis e já implantados, que estão possibilitando a modernização social e econômica deste grande Estado.

Números bem reveladores refletem essa modernização ao longo dos anos 1972, 1973 e 1974, e espelham dentro do quadro traçado pelo Orçamento Plurianual de Investimentos que cerca de Cr$ 492.198.814,00 serão aplicados neste Estado, em despesas de capital, naqueles mesmos anos.

A pujança do sistema e o ajustamento da máquina fazendária estadual são responsáveis por aproximadamente quatro quintos daquele valor global estimado no Orçamento Plurianual de Investimentos, o que assegura a este Estado a certeza de estar realizando sua construção a passos serenos e com os olhos voltados para um progresso não muito distante.

Da análise da situação econômico-financeira do Estado, ainda remanejando os números e confrontando períodos, constata-se que, em 1972, a evolução da arrecadação do ICM, responsável por significativa parcela da receita estadual, irá atingir 40%, em decorrência da política de racionalização do sistema, do incremento da atividade econômica e, ainda, do aumento geral de preços.

Esse elenco de modificações no aparelho arrecadador do Estado solidifica-se e aprimora-se dia a dia, assentado que está, aquele aparato fazendário, em novas bases onde se destacam: a racionalização dos serviços, a reforma física e a própria reforma tributária.

Os números nos dão uma visão mais significativa desse avanço quando se situa na demonstração da receita total do Estado, para os anos de 1970 e 1971, os quantitativos que se seguem: Cr$ 119.464.954,00 e Cr$ 152.064.432,00, respectivamente. O crescimento, assim mensurado, está em razão não somente do incremento da atividade econômica mas, acentuadamente, das melhorias do sistema arrecadador que propicia esse aumento progressivo nas arrecadações do Estado.

Esses dados, Senhores Deputados, que espelham o comportamento e a evolução econômico-financeira do Estado, trazem ao Administrador, neste primeiro ano de governo e administração, a pressuposição de que os caracteres assistemáticos do quadro econômico-financeiro, tão constantes em Estados ainda em vias de desenvolvimento, serão modificados pela passagem para um sistema mais dinâmico de poupanças e de investimentos para o desenvolvimento.

Nesta altura, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia o Governo isentar do complexo que forma o cerne das grandes medidas e das grandes decisões governamentais, a racionalização da máquina administrativa amazonense, que se metodiza, que se reajusta e que se aprimora desde o primeiro dia em que este Governo assumiu o seu compromisso com o povo deste Estado.

Quando esta Administração, dentro da formulação de seu Plano de Governo, situava como inadiáveis as melhorias dos padrões de sua infra-estrutura econômica e de sua infra-estrutura social sabia, por antecipação, que estas, sem a modernização do aparato administrativo, poucas modificações poderiam apresentar. Era do conhecimento, também, deste Executivo que o planejamento administrativo para o desenvolvimento econômico requer inovações, requer mudanças de comportamento, requer enfim os sacrifícios da implantação de uma reforma de padrões e de estruturas.

Nem por isso o Governo do Amazonas, fiel à sua programação e comprometido com as metas de seu Plano de Governo 1971 — 1974, vacilou um só momento ao iniciar uma ação com tantos e variados matizes a circundá-la. Era a eficiência governamental de todo um período que se colocava como resultado e como meta de uma ação do próprio governo: a reforma administrativa.

Aceitava, portanto, o Governo a proposição que ganhou validade nos quadros técnicos das nações em desenvolvimento, que vêem na modernização do aparato burocrático uma das razões e um dos sucessos dos programas de desenvolvimento. Pelas ações da reforma e do planejamento administrativo se pragmatiza e se institucionaliza o desenvolvimento.

No Estado do Amazonas, a modernização do aparato burocrático estadual, o estabelecimento de um planejamento administrativo, é um projeto prioritário que se cumpre neste Governo. Com ele, com a simultaneidade de suas ações, a presença e a permanência de um novo modelo administrativo, no qual o diálogo vivo dos atores sociais e a reciprocidade de benefícios entre Governo e governados são os enfoques de primeiro plano.

Impôs a Reforma Administrativa, Senhores Deputados, um dado novo na postura nova de nossos comportamentos: o método seletivo das abordagens. Com ele a mobilidade interna das

respostas fecundas à problemática administrativa amazonense; na solução desta problemática, as variações ricas de uma ação cooplativa; na estratégia de sua implantação, o variado naipe de procedimentos técnicos, com o gradualismo das etapas, a sistematicidade dos objetivos, a seletividade dos meios, a internalização e o comprometimento dos atores do sistema.

Preludia, assim, a reforma, o assentamento de um modelo de desenvolvimento no qual, por questões de complementariedade e interdependência, se investe no homem e na Administração.

Esses investimentos são expressos pelo treinamento que reduz a deficiência dos estamentos burocráticos, pela instrumentalização de soluções técnicas que desobstruem os nódulos da burocracia e que, nesses meses, vem trazendo maior capacidade operacional às agências administrativas do Estado.

Nos seus aspectos quantitativos, a Reforma desenvolveu-se de maneira paralela a seus dados qualitativos. Com a responsabilidade de tornar mais ágil o sistema, modificando estruturas e sensibilizando o servidor público, a Reforma evoluiu como instrumento típico de mudança social, por atingir um universo nunca antes dimensionado: exatamente 13.035 servidores, que compõem os quadros técnicos e administrativos do funcionalismo estadual.

Mensurando alguns dos resultados mais acentuados, credita-se à Reforma Administrativa mais de meia centena de projetos concluidos, — 54 projetos, mais precisamente, entre os quais se destacam seminários de alto nível, implantação de novas estruturas, cursos e treinamentos especializados. Até 30 de setembro do ano em curso serão totalizados os 150 Projetos previstos, vinte dos quais em convênios com a Universidade do Amazonas e o Instituto "Euvaldo Lodi". Essa participação Govêrno x Universidade x Classes Empresariais é uma experiência inédita no campo da Administração Pública e brevemente surgirão os primeiros frutos dessa união de esforços em prol do bem comum.

Com essa disseminação gradual dos resultados alcançados, com a seletividade de seus meios e instrumentos, a Reforma institucionaliza-se e revela motivações permanentes aos propósitos que a animam. Com essa disposição introduz-se, pela primeira vez neste Estado, um dado novo ao planejamento social e eco-

nômico: o dado do planejamento administrativo como insumo do próprio desenvolvimento.

vez neste Estado, um dado novo ao planejamento social e eco-

Governar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, além do selecionamento das melhores alternativas, exige a mobilização geral de todos os instrumentos do Poder. Estes, quando se orientam para a infra-estrutura econômica na Amazônia Ocidental, ou mais particularmente no Estado do Amazonas, muitas vezes são braços de, ainda, curto alcance, pois que as distâncias, as diversidades de solo, a rede hidrográfica, a variedade do revestimento florístico, entre outros fatores, fazem, de todo esforço para sobrepujar o meio, um esforço sobre-humano. E sente bem isso o Governo, no trato dos problemas de transportes, de comunicações e de energia, na vasta área das sete-micro-regiões homogêneas do Estado do Amazonas.

Mas, exatamente neste campo, como atestado do vigor do planejamento e da correção de seus ajustamentos, tem o Governo alcançado muitos dos seus resultados animadores.

No setor dos transportes, a construção da BR-319, Estrada Manaus — Porto Velho, responde pela afirmação do Plano Rodoviário Estadual, para o qual o Governo desloca, sem descontinuidade, recursos no afã de tornar possível, a curto prazo, a integração do Estado à grande malha de rodovias nacionais. Mas a essa ação, sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, somam-se inúmeras outras, de estudos de novas rodovias vicinais, como a Tapauá/BR-319, a Manicoré/BR-319; incorporam-se, ainda, as ações de conservação e melhoramento das estradas AM—010, AM—451, AM—070, AM—452, AM—454, AM—450, AM—020 e AM—449, rodovias que integram a rede amazonense e que interligam áreas periféricas ao centro gravitacional da rede: a cidade de Manaus.

Foi exatamente no setor de transportes que este Governo conseguiu uma de suas mais amplas afirmações: a inclusão, no Programa de Integração Nacional, desta grande via estratégica para a Amazônia: a estrada Manaus — Porto Velho. Foi da exposição encaminhada pelo Governo do Estado ao DNER que se consubstanciou aquela vitória para o Amazonas, solidificada com a liberação de novos recursos que irão possibilitar, também, a construção das estradas vicinais tão urgentemente reclamadas para o interior amazonense.

Neste setor, é digno de registro o esforço do DERAM no que respeita a transferência da sede municipal de Boca do Acre para o platô do Piquiá. Tribute-se, também, àquele órgão estudos com a mesma finalidade para Benjamin Constant e Careiro, demonstrando, assim, que o Governo administra com os olhos voltados para os problemas do interior e seu urgente solucionamento.

No que respeita aos transportes interioranos é digno de registro, ainda, o encaminhamento do projeto para construção de portos e ancoradouros, o qual já se encontra nas mãos do Ministro dos Transportes, depois de ter tido plena aceitação por parte da Diretoria de Portos e Vias Navegáveis. É digno de destaque, de outra parte, a preocupação governamental com as pistas de pousos do interior, para as quais se visa, com a cobertura asfáltica, utilização plena de janeiro a dezembro.

Não é pequena, também, Senhores Deputados, a missão das Centrais Elétricas do Amazonas S/A, responsáveis, em todo o interior do Estado, pela geração de energia.

Emprêsa estruturada dinamicamente, vem desenvolvendo trabalhos racionais, previamente esquematizados, no sentido de eletrificar todos os Municípios amazonenses, levando, com a energia, o progresso e a revitalização do padrão de vida interiorano.

Em números, o quadro ascensional da CELETRAMAZON pode ser assim demonstrado: em 1970, 18 usinas em operação; em 1971, 30 usinas.

Face os resultados alvissareiros alcançados pela ..... CELETRAMAZON, e ao apôio recebido do Govêrno Federal (Proterra, Ministério de Minas e Energia e ELETROBRÁS) e considerando a verdadeira ânsia pelo progresso, do nosso interior, foi feita ampla reformulação dos planos da ..... CELETRAMAZON fazendo com que a meta pré-estabelecida de eletrificação de todos os Municípios do Estado até 1974 fosse antecipado para 1973. Em 1972 serão atendidos os Municípios de Envira, Ipixuna, Airão e Jutaí e construída a usina de Tabatinga, já instalada provisoriamente. Prevê-se ainda a ampliação no corrente ano das Usinas de Nhamundá, Urucurituba, Uru-

cará, Itapiranga, Silves, Autazes, S. Gabriel da Cachoeira, Ilha Grande, Barcelos, Carauari, Atalaia do Norte, S. Paulo de Olivença, Fonte Boa, Codajás, Benjamin Constant, Boca do Acre, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manicoré e Maués.

O ano de 1973 deverá ser então o ano em que nenhum Município do Estado do Amazonas estará sem energia elétrica. Serão instalados até esse tempo as Usinas de Canutama, Tapauá, Pauini, Juruá, Japurá e Maraã.

Foram concluídas em 1971 e colocadas em operação, no mesmo ano, as seguintes usinas: Bôca do Acre, Anori, Silves, Itapiranga, Urucurituba, Nhamundá, Tabatinga, num total de 865 KVA.

Ainda no mesmo ano foram ampliadas as usinas dos Municípios de: Manacapuru, Coari, Tefé, Benjamin Constant, Manicoré, Eirunepé, Atalaia do Norte, Carauari, S. Gabriel da Cachoeira, Bôca do Acre e Barcelos, sendo acrescentados 2.994 KVA aos 2.550 KVA existentes, totalizando 5.544 KVA.

A par da racionalização do pessoal, também ao Setor material e de transportes a CELETRAMAZON procurou ajustar suas necessidades e definir uma política mais consentânea com sua condição empresarial. Ampliou seu campo de ação até S. Paulo, Rio, Pôrto Alegre etc., com a finalidade de efetuar suas compras de material nas próprias fábricas, a custo mais baixo.

Para o transporte de combustível, fez construir duas balsas de 150.000 toneladas, a CELETRA I e a CELETRA II, que operadas pela Emprêsa, terão suas despesas ressarcidas pelo Conselho Nacional de Petróleo, garantindo assim o prêço nacional do óleo nas Usinas, por mais distantes que estejam.

Nas comunicações, o Governo do Amazonas, abre o seu amplo leque, atingindo não só a Capital, como implantando a importante rede no interior do Estado. Por intermédio de seu órgão específico, a Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL, o Governo do Estado, a partir de 1972, programou a implantação de projetos de telefonia urbana no interior

do Estado, instalando centrais em Parintins, Maués, Coari, Tefé e Manacapuru.

Na Capital do Estado, a CAMTEL expandiu o seu sistema telefônico implantando mais 2.000 terminais; e, ainda este ano, partirá para o início de montagem de mais 10.000 terminais. Esses números darão para o sistema da cidade de Manaus uma ampliação para 18.000 pares, dos quais já se instalaram, neste Governo 5.400 pares com um investimento da ordem de Cr$ .. 3.200.000,00.

Nas comunicações é visível em nosso Estado todo um esforço conjunto do qual CAMTEL, EMBRATEL e outros órgãos governamentais são responsáveis. O melhor exemplo disso é o tronco Manaus — Belém inaugurado no dia 24 deste mes e para o qual, o Governante que vos fala, envidou esforços quando Superintendente da SUDAM, onde deu início a esse grandioso esforço da ampliação da rede de comunicações na Amazônia. Nas comunicações, neste Governo, a CAMTEL ultimou contatos com o BNDE para financiamentos, os quais vem de ser orientados com a prioridade que eles exigem.

É, ainda, a CAMTEL, no interior do Estado, que desenvolve estudos para a implantação do sistema de tropo-difusão ao longo do Rio Solimões, com remanejamento do equipamento. É a CAMTEL que, em interligação com o sistema EMBRATEL, vem ampliando o desenvolvimento da rede interurbana.

O esforço educacional do Estado do Amazonas cauciona o comprometimento deste Governo com a tarefa de construção de uma infra-estrutura social. Não é fato desconhecido ser a educação um dos insumos mais valiosos para o desenvolvimento das nações, sendo verdade também não desconhecida que, para a educação, o Governo Brasileiro vem deslocando substanciais e sucessivas parcelas, por ver, no aprimoramento do homem, no avanço de uma tecnologia onde o dado educacional é uma constante, uma das poucas saídas para se fazer frente ao subdesenvolvimento.

No Amazonas, esse esforço é perene, validando, com isso, as medidas que se implementam para a circulação da informação cultural e educacional neste Estado e nesta região.

Um realístico projeto educacional, voltado para a ambiência do Estado, foi deflagrado, com a utilização das mais diversas ferramentas de ação, com o objetivo de dar ao homem desta área uma cultura que não o isole da vida mas que, por uma afirmação, enriqueça a sua participação como agente das grandes transformações econômicas em direção ao desenvolvimento.

Esta, Senhores Deputados, a grande missão do educador nesta parte da Amazônia: ganhar o homem para a tarefa de construção do crescimento econômico e social da área. Essa a participação do fato educacional neste Estado, uma difusão de novas posturas mentais ao amazonense, fazendo com que ele venha a se inserir num contexto de progresso. Governar na Amazônia Ocidental, no Estado do Amazonas, indica também em conter a natureza e em sensibilizar o homem, em comprometê-lo com a arrancada que a Nação Brasileira empreende, em todas as direções, em todas as latitudes. Não podem, portanto, os educadores da Amazônia esquecer este papel que a Educação, como dado expressivo, revela e acelera.

No Estado do Amazonas, a Educação tem sido tratada, nesses doze meses, com a decisão que para ela se reclamava. A multiplicidade de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura, os quais atingem áreas diversificadas, expressam a validade dessa afirmação: cinquenta e dois projetos foram desenvolvidos em 1971.

Na área de formação de recursos humanos, cinquenta e quatro cursos foram deflagrados em 1971, os quais envolveram temas que se orientavam desde a supervisão de ensino até seminários de Televisão Educativa.

À Secretaria de Educação e Cultura deve-se creditar, ainda, o estabelecimento de convênios, em 1971, da ordem de Cr$ ... 7.763.674,86, os quais serão aplicados ao longo do ano de 1972.

Foi, no entanto, com a realização dos cursos de licenciatura polivalentes, de 1º grau, em Tefé e Parintins, em convênio com as Universidades de Juiz de Fora, da Guanabara e com o Projeto Rondon, que a Secretaria de Educação e Cultura promoveu a sua grande marcha para regionalização do ensino do

Estado do Amazonas. Essa experiência pioneira e válida, por fixar o professor do interior no seu próprio meio, dando-lhe uma formação universitária no hinterland, efetiva o esforço educacional que quer este Governo contínuo ao longo deste quadriênio.

Coroaram o esforço educacional deste Governo o começo de implantação da Reforma do Ensino, que ora se desenvolve, e o plano de expansão da rede na capital e no interior. A esses esforços, resultados de um trabalho da equipe governamental no setor Educação, deve-se acrescentar a realidade próxima da Universidade de Tecnologia da Amazônia, para a qual a Secretaria de Educação e Cultura vem desenvolvendo, com os especialistas do M.E.C., uma ação realística, moldada em padrões desenvolvimentistas para a área.

No Setor de Saúde Pública, não foram poucos os empenhos governamentais. Para isso instrumentalizou-se e tornou-se operacional tôda uma estrutura, hoje voltada para o reequipamento da rede hospitalar da Capital, para implantação de normas técnicas de saúde ambiental, para a implantação de um Centro de Treinamento para estágios rurais em Itacoatiara e para a tarefa, sem precedentes, de implantação de unidades médicas no interior amazonense, através da metodologia inspirada pelo Grupo Tarefa PIUMI que, já no início de 1972, dará prontas as Unidades de Itapiranga, Nhamundá, Novo Aripuanã, Urucará, Borba, Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, Manicoré e Maués e a própria cidade de Manaus.

Da mais alta significação, nesse setor, o apôio logístico que o Govêrno do Estado, através da SESAU, vai emprestar à rodovia Transamazônica.

Com êsse elevado objetivo, foram firmados importantes Convênios com o Ministério do Trabalho, através do INPS e FUNRURAL, para a implantação de Unidades Hospitalares em Humaitá, Lábrea e Bôca do Acre, cidades amazonenses que serão cortadas pela grande rodovia.

Os recursos para êsses empreendimentos já foram concedidos pelo Ministério do Trabalho, através o FUNRURAL, por solicitação nossa, entendido que sòmente o somatório de esforços entre os escalões estaduais e federais poderá realmente desenvolver a nossa imensa área.

Em Bôca do Acre, num trabalho gigantesco, se processará a mudança da sede municipal, de uma área de várzea alagadiça para o platô do Piquiá, recomendado nos estudos do .... SERPHAU. O recente Convênio firmado entre o DER-Am e a Prefeitura Municipal, para a construção da estrada de seis quilômetros de extensão, que ligará a atual sede à futura, será executado em tempo record, e o Departamento de Estradas de Rodagem já está providenciando o embarque de patrulhas mecanizadas para o início dos trabalhos.

No platô do Piquiá é que será erguida a Unidade Hospitalar, após o levantamento de uma área de cinquenta hectares, a ser procedida com equipe técnica altamente especializada, graças à colaboração inestimável do 2º Grupamento de Engenharia e Construção e do Serviço Geográfico do Exército.

Na capital do Estado, a Secretaria de Saúde vem ampliando o sistema, com adaptação dos hospitais da rêde, principalmente o "Getúlio Vargas" que, nos dias que decorrem, é alvo de sensíveis modificações, para vir a tornar-se o hospital modelo da rêde.

Cuidou-se igualmente da implantação de um Pronto Socorro Infantil, inexistente na cidade, e o mesmo será inaugurado no próximo dia 3 de abril. Dotado do aparelhamento técnico adequado, o PSI suprirá uma lacuna de consideráveis proporções no Setor de Saúde Pública, e funcionará no próprio Hospital Infantil "Dr. Fajardo".

Ainda no dia 3 de abril, será também inaugurado um Centro de Pré-Natal e de Ginecologia Preventiva, na Maternidade "Ana Nery", melhorando o seu atendimento, na sua nobre e humanitária finalidade.

Neste setor, também, um dado novo foi acrescentado à sua vigorosa transformação: o convênio assinado entre o Governo do Estado e INPS para que este último venha utilizar as instalações da rede estadual. Em termos de custos operacionais esse convênio vai ampliar as alternativas de se implantar um sistema de cooperação inter-governamental, nesta região, para os esforços concentrados em saúde e em saneamento.

Tribute-se, por outra parte, neste setor, os esforços da Secretaria competente para a regulamentação de normas técnicas de saneamento básico e, ainda, a instalação do Conselho Estadual de Saúde, um órgão colegiado que tem sob responsabilidade as mais altas decisões da política sanitária deste Estado.

Essa assistência médico-sanitária e hospitalar ao homem do interior, que virá completar a ação das unidades já existentes e em funcionamento, completa a visão nova de administrador na área de Saúde, em uma região onde o trópico ainda apresenta desafios para o sanitarista.

Está consciente o Governo do Estado que encaminha vigorosamente, em etapas coerentes, o seu programa de saneamento básico. Orientada para esta ação, a Companhia de Saneamento do Amazonas — COSAMA, conclui o seu projeto de abastecimento de água para a cidade de Manaus, para o qual, este Governo está realizando o assentamento da rede de distribuição, ultima a construção dos cinco reservatórios do sistema, inaugura a estação de tratamento de água, bem como adquiriu e pagou 240 km de tubulação para a rede de distribuição. Essa ações patenteiam a certeza de que, este ano, com a conclusão em outubro dos serviços de assentamento da rede e, em novembro, com o término dos cinco reservatórios elevados, a COSAMA concluirá todas as etapas do abastecimento de água de Manaus, o qual a esta altura já se preludia como uma das mais claras afirmações administrativas dêste Govêrno.

A COSAMA, órgão responsável pelo sistema em todo o Estado estará, ao longo do triênio 1972/1974, em convênio com o PLANASA órgão do BNH, entregando a rêde de abastecimento em 38 municípios que ainda não possuem sistemas de abastecimento de água e adentrando na implementação e execução da rêde de esgotos da Capital, cujo projeto já encaminhou ao BNH.

No setor habitacional, o Estado do Amazonas possui metas bem definidas e os seus resultados quantificam-se pela entrega de 1.000 unidades componentes da primeira etapa do Conjunto "31 de Março", no Bairro do Japiim; pela obtenção de recursos, mediante convênio com o BNH, da ordem de Cr$ 4.500.000,00, para pavimentação do Conjunto "Pres. Castelo Branco"; pela

conclusão dos serviços de abastecimento de água às unidades residenciais da primeira etapa do Conjunto "31 de Março" e pelos estudos de viabilidade sócio-econômica para construção de 1.000 unidades na Rodovia Tarumã — Ponta Negra e de 66 residências no Município de Manacapuru.

A Companhia de Habitação do Amazonas — COHAB-Am — responsável por este setor governamental tem apresentado, ao longo desses primeiros meses da atual Administração, uma perfeita sintonia com os propósitos da política habitacional do país, na proporção mesma em que amplia o seu atendimento e que torna mais pujante a sua participação.

Repousando sobre o setor primário, alternativa ainda vigorosa de nosso crescimento, grande parte da economia amazonense, tem o Poder Executivo projetado ações dinâmicas. Para tal, neste Govêrno, como projeto especial da Reforma Administrativa, implantou-se na Secretaria de Produção Rural uma estrutura que possibilita a interiorização das atividades da Secretaria em uma ação integrada com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas — ACAR — com a assinatura de Convênios destinados às atividades do Setor Primário. Em 1971, o valor do mesmo era de Cr$ 2.600.000,00; já no ano em curso, o convênio prevê a aplicação de Cr$ 4.600.000,00, ou seja quase o dôbro do primeiro.

Essa tarefa conjugada, na qual 92 técnicos de nível superior e médio executam papel desenvolvimentista, propicia ao setor agropecuário uma alternativa dinâmica para o solucionamento de antigos problemas.

A agilidade das ações da SEPROR no interior conduziu, assim, para padrões de racionalidade a distribuição de sementes de juta no Estado do Amazonas, produzindo, no ano passado, resultados animadores em 22 Municípios onde foi realizada aquela distribuição, sendo entregues 230 toneladas de sementes para 940 localidades e cadastrados 19.500 juticultores.

Foi, no entanto, com a criação do instrumento flexível do FURAMA (Fundo de Desenvolvimento Rural do Amazonas) que a SEPROR atingiu altos padrões de imaginação criadora para a ambiência e solucionamento dos problemas administrativos do setor agrícola.

No cerne dessa conquista, hoje consubstanciada em Lei nº 1.026, de 27 de outubro de 1971, prevê-se como recursos do FURAMA, entre outros: o produto de alienação de terras do patrimônio fundiário do Estado, bem como das demais receitas provenientes da aplicação da legislação de terras do Estado; verbas constantes de convênio que, dentro do PROTERRA ou de outros programas do Governo Federal venham a ser firmados com objetivos análogos; parcela de três por cento dos valores que o Estado receber do Governo Federal oriunda do Fundo de Participação dos Estados; dotações previstas nos orçamentos anuais ou plurianuais do Amazonas. Com esses meios e com modernos e racionais padrões da SEPROR, o FURAMA, já em 1972, estará plenamente integrado no elenco dos instrumentos de Governo para fortalecimento de sua política agropecuária.

No setor do abastecimento tem sido constante a preocupação governamental com o Mercado Terminal do Produtor, em íntima ligação com o Ministério da Agricultura e o GEMAB — Grupo Executivo da Modernização das Centrais de Abastecimento —, para o qual êste Governo solicitou ao Ministério da Aeronáutica a cessão de área próxima às instalações do Aeroporto de Ponta Pelada, dadas as facilidades e vantagens locacionais para implantação desse projeto.

Remaneja, ainda, a Secretaria responsável pelo setor, e diversificação da economia do setor primário amazonense, sendo que a sensibilidade para este problema leva a equipe técnica daquele órgão a uma preocupação permanente, com base no Plano de Governo, com o milho, o guaraná, o arroz, entre outras culturas da região.

Foi patente, também, a preocupação do setor para a fixação de bases coerentes para uma política cooperativista para o Estado, visando, com essa medida, a diminuição dos custos operacionais de nossa agricultura, com o menor dispêndio nos insumos agrícolas, e com a mecanização da lavoura interiorana.

Nas áreas de Justiça e Segurança, as relações com o judiciário e a implantação de normas modernas para o reaparelhamento dos organismos de segurança interna, com aquisição de viaturas especializadas e outros equipamentos, foram as grandes metas do Governo Estadual. Os resultados desse último setor são das mais variadas dimensões, entre os quais situam-se: treinamento de 35 amazonenses na Escola de Polícia do Estado de São

Paulo; reaparelhamento da Polícia Militar do Estado, com novos uniformes, novos armamentos; a ocupação racional e progressiva das novas instalações do quartel da Polícia Militar; a reestruturação inicial do DETRAN, que hoje caminha para fixação de padrões novos e com rendimentos mais efetivos para esta comunidade.

Segurança e Justiça constituiram-se, pois, em elementos de um binômio consolidador do clima de paz que sempre manteve este Estado, paz para um trabalho diuturno, constante, em busca de soluções para o desenvolvimento pleno desta terra.

Um papel destacado foi desempenhado pela Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras — SUPLAN, no quadro de ações das agências administrativas amazonenses.

Regulamentada pelo Decreto nº 2.225, de 27 de dezembro de 1971, a SUPLAN, pela agilidade que impôs às suas decisões, é atualmente um instrumento indispensável para a estrutura da organização governamental. Em poucos meses a SUPLAN consolidou tarefas, impulsionou os seus trabalhos mais imediatos, através dos princípios de organização e gestão baseados na administração por projetos.

Com a criação deste novo órgão, possibilitou-se o desenvolvimento dos encargos da antiga SVOP, Secretaria que nos primeiros meses deste Governo realizou a recuperação e as obras dos seguintes próprios estaduais: Imprensa Oficial, Biblioteca Pública, Penitenciária Central, Sub-delegacias distritais, exatorias do interior, entre outras.

Credite-se, no entanto, a este setor responsável pelas obras públicas o trabalho contínuo junto ao Projeto PIUMI, na montagem e fiscalização da rede hospitalar do interior.

Para 1972, a programação da SUPLAN prevê obras infra-estruturais de grande porte, das quais avultam, pela importância, a continuação dos serviços de montagem dos hospitais nas sedes municipais interioranas, a construção do centro de reintegração masculino e centro de triagem (projetos em consonância com a linha de atividades da FUNABEM) a construção da Vila Olímpica.

Na área da Previdência Social, a nova dinâmica empreendida pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas — IPASEA — colocou-o como o primeiro, em sua categoria, no Brasil, fato que muito desvanece a sua administração.

Contando com 34.329 inscritos em seus quadros de beneficiários, distribuídos em 11.863 contribuintes e 22.462 dependentes, pesados encargos advêm dessa massa humana traduzidos em assistência médico-hospitalar, concessão de auxílios e benefícios, no que tange às suas atividades básicas.

Com um orçamento realístico, o IPASEA, em 1972, cuidará da elaboração do Anteprojeto de sua Nova Lei Orgânica e ampliando substancialmente as suas atividades, construirá a Central de Atendimento, com a intensificação dos Serviços da Medicina Preventiva.

Na parte do interior, será elaborado o projeto para a construção da sede de sua representação em Parintins.

É pois um órgão atuante, modernizado, que cumpre as suas finalidades com realismo e objetividade.

Honra-nos sobremaneira dizer-vos do alto conceito alcançado pelo Banco do Estado do Amazonas, a nossa grande Casa de Crédito.

Com o seu capital aumentado de Cr$ 10.000.000,00 para Cr$ 25.000.000,00, a autorização do Banco Central para a instalação de sua Agência em Brasília e a permissão para a venda de ações preferenciais na Bolsa de Valores, o BEA situa-se hoje como uma organização do mais elevado padrão, inspirando tôda a confiança aos seus clientes, ao Banco Central e ao povo amazonense.

Não ficaria completo o esforço governamental se a ele faltasse a participação estatal, através de estímulos e incentivos, ao setor industrial. Hoje, na Amazônia Ocidental, ou mais precisamente na área de Manaus, um expressivo conjunto de esforços dos empresários abre a perspectiva de fixação de um polo industrial para o Estado.

Avanços significativos foram experimentados ao longo do primeiro ano desta Administração, entre os quais a aprovação, em 1971, de 33 projetos, que significam a possibilidade de criação de 2.530 novos empregos e um investimento projetado da ordem de Cr$ 141.562.000,00.

Esse quadro reflete a nova política de assistência técnica e financeira às indústrias locais, e a todas as atividades produtoras, cujo agente financeiro o Banco do Estado mostrou o crescimento vigoroso no ano de 1971.

Desse teor é a validade dos estímulos ao setor industrial, cuja deflagração pela CODEAMA e pela Secretaria de Planejamento, tem possibilitado um remanejamento dos incentivos fiscais os quais, já em 1972, serão aperfeiçoados e também dirigidos, com amplos benefícios e motivações, para o interior amazõnense.

Nesse campo o Estado, através de seus organismos de planejamento e mediante convênios com a Universidade de Campinas, estará preparando recursos humanos para atuação junto a pequena e média indústria do Estado.

As metas dessa programação a ser implantada este ano apresentam como dados mais importantes a revitalização da empresa amazonense, com a transformação das pequenas indústrias em médias indústrias e, estas últimas, em grandes conglomerados econômicos para uma fase mais dinâmica de nosso crescimento industrial.

Essa perspectiva é, nos primeiros meses de 1972, uma visível realidade, pois que os 7 primeiros projetos aprovados no ano que iniciamos, indicam investimentos potenciais muito mais amplos que os revelados por todos os projetos industriais aprovados em 1971 e, o que é mais sintomático, ampliam significativamente a faixa de empregos para uma região e um Estado onde, até bem pouco, eram carentes as oportunidades para a mão-de-obra do setor.

Nesse relacionamento com as lideranças das classes produtoras e ainda com a Universidade do Amazonas, ficou patente a ampliação do diálogo construtivo entre Governo e aquelas forças vivas da comunidade. Essa prática salutar e democrática, ao longo do primeiro ano de Governo ficou evidenciado pela participação da Universidade e do núcleo da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas ao Projeto de Reforma Administrativa, contribuições que revelam a preocupação de ampla colaboração, posição para a qual este Governo estimulará o seu fortalecimento e manterá duradouro o seu reconhecimento.

A antecipação de uma política municipalista realística onde estivesse presente o enfoque técnico e a abordagem sincera dos problemas das comunidades interioranas, presidiu à formulação, pelo atual Governo, das ações metodológicas que culminaram com a implantação do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal.

Havia, entretanto, no campo gravitacional das decisões governamentais, antecipando aquela decisão, todo um empenho da Administração Estadual com a problemática do interior amazonense, ao qual agora se procura transferir, nas comunidades mais polarizadoras de crescimento econômico, uma acentuada parcela de decisões oriundas das relações existentes entre governos locais e o Executivo do Estado. Alia esse comprometimento duas faces distintas e perfeitamente correspondentes entre si: de um lado a ação revitalizadora da administração municipal e, de outra perspectiva a função pedagógica de polivalência de papéis desenvolvimentistas, nos quais o município é responsável pelas tarefas de tomadas progressivas de decisões naqueles aspectos em que, até hoje, o Estado implementava padrões paternalistas. Para a Administração Estadual, os governos locais amazonenses situam em seus papéis a probabilidade de um desenvolvimento possível para o hinterland, sem os impedimentos que até bem pouco tempo caracterizavam as tentativas mais salutares do Poder Público.

O fenômeno municipalista, dessa maneira, ganha características pioneiras neste Estado, pela dimensão mesma de atividades e projetos que animam a vida municipal amazonense, nesse primeiro ano de governo. É de fácil enumeração, pelo destaque excepcional de cada um, os seguintes pontos dessa programação, já deflagrada neste quadriênio, no decorrer do ano de 1971:

— criação do Centro de Treinamento para auxiliares das Prefeituras do Interior, através de convênio já celebrado entre SUDAM/SERFHAU/CODEAMA;

— programa de desenvolvimento de comunidade, desenvolvido por convênio assinado entre a SUDAM e a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral;

— Plano de desenvolvimento local integrado do Município de Humaitá, para o qual SUDAM/SERFHAU e CODEAMA celebraram convênio;

— programação e realização do IV Congresso dos Municípios do Amazonas, com a participação de 42 Prefeitos amazonenses e com a presença de técnicos e conferencistas de inúmeras entidades e organismos nacionais;

— criação do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, com a finalidade de coordenar a promoção e a integração de programas e projetos municipais na programação governamental;

— convênio celebrado entre o Instituto e o IBAM para implantação de novo organismo estadual;

— criação da Comissão de Defesa Civil do Estado do Amazonas, dirigida permanentemente para os aspectos calamitosos das enchentes do Rio Amazonas e seus afluentes;

— elaboração e execução de Planos de Emergência para atender às vítimas de enchente do ano passado, com ações desenvolvidas nos meses de julho e setembro de 1971 em doze municípios atingidos pelo fenômeno cíclico das cheias dos rios amazônicos.

Esses procedimentos que motivaram a fixação de padrões de desempenho para a Administração Municipal no Amazonas encontraram, nesses poucos meses, uma ressonância entre os Prefeitos Amazonenses, identificados com o Executivo Estadual e com ele promovendo o desenvolvimento nas mais distantes comunidades interioranas.

Hoje, Senhores Deputados, com o Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, projeto da Reforma Administrativa deste Estado, o avanço municipalista é uma afirmação no Amazonas e suas lideranças estão conscientes dos papéis desenvolvimentistas reservados na conquista social dos espaços vazios amazônicos, papéis e desempenhos os quais o Estado incentiva com o apoio de seus organismos, com a revitalização de um ideário que está no cerne da própria vida municipalista.

Meta fundamental do Govêrno Federal, o homem é também uma das preocupações básicas da Administração amazonense; nele, no elemento humano, sempre residem as preocupações do Govêrno quando êste programa o desenvolvimento do Estado. Para a meta homem, para o funcionário público, o Govêrno implantou uma Política Salarial Global que se constituiu em ação de justiça social.

Com ela, restabeleceu a dignidade de cargos e funções nos três Poderes, cuidando agora da Reclassificação de Cargos, para complementar as decisões do Conselho Estadual de Política Salarial. Para o homem do interior, o Governo amazonense coloca tôda a imaginação criadora de seus organismos quando amplia a infra-estrutura econômica e social, quando antecipa a transferência de sedes municipais, como Bôca do Acre e Benjamin Constant; para o homem do hinterland, esta Administração prevê a construção de estradas vicinais, com possibilidades futuras para um plano pioneiro da eletrificação rural.

Para a elevação dos padrões de vida do homem dos altos rios, do homem dos beiradões, está sempre presente a ação governamental, que se quer cada vez mais consciente do papel a desempenhar para a afirmação do Amazonas na realidade nacional dos dias atuais, dias comprometidos com o futuro e a grandeza, onde esta não está tão distante daquele; dias da afirmação de um grande País, pela lealdade de seus cidadãos, pela serenidade de seus governantes.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS,

A fé inabalável no porvir do Amazonas e o desejo de corresponder à altura e confiança com que me honra o eminente Chefe da Nação, Excelentíssimo Senhor General Emílio Garrastazu Médici, animaram, no decurso deste primeiro ano de governo, os meus propósitos de não poupar uma parcela sequer de minhas energias no cumprimento desta tarefa de conduzir o Amazonas ao seu grande destino.

Vivemos uma fase de vigorosas transformações num Brasil que afirma a sua hegemonia de grande nação, na medida exata em que robustece de condição moral, de saúde e de saber as gerações que hoje se ativam por todos os ângulos de seus processos de expansão.

Testemunhas e construtoras, ao mesmo tempo, nesta faina desenvolvimentista do país que ajudamos a projetar para o futuro, — essa dupla condição autoriza-me a crer no amanhã maior da nossa Pátria, para o que não faltarão, certamente, tanto às elites nacionais como ao povo, as energias intelectuais e físicas, que são as fontes criadoras de civilização e do progresso.

Guardiães indormidos que sois da Democracia, com o vosso patriotismo fecundo e com a vossa lealdade cívica é que conta a Revolução Democrática de 1964, hoje em seu 8º ano de ação renovadora e moralizadora da vida brasileira, para se fazer da Amazônia o corpo vivo integrado na unidade expansional brasileira, que o glorioso movimento de Março de 1964 se propôs realizar.

Congratulo-me com o Estado, Senhores Deputados, por ter em vós, legisladores conscienciosos e dedicados, voltados para as tarefas patrióticas da construção do Amazonas com o qual sonhamos e para o qual dispendemos, unidos irmãmente, as energias, o entusiasmo e a nossa capacidade de trabalho.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 31 de março de 1972.

Engº JOÃO WALTER DE ANDRADE
Governador do Estado

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM